

COMERCIALIZAÇÃO – ENTRAVES E SOLUÇÕES APONTADOS ATRAVÉS DO MÉTODO ÍNDICE UFSCar - PDS/ASSENTAMENTO SANTA HELENA, SÃO CARLOS/SP/BRASIL

Terezinha Pinto de Arruda¹
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida¹
Daiane Roncato Cardozo¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Caio Bruggner de Mello Solci²

RESUMO

Esta pesquisa objetivou avaliar as condições de segurança alimentar e nutricional (SAN) de agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)/Assentamento Santa Helena, localizado no município de São Carlos, São Paulo, Brasil, num universo de 14 famílias, por meio de entrevistas, formulários semiestruturados e percepções anotadas em caderno de campo. A insegurança alimentar das famílias, identificada pelos métodos da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e do Índice da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para a SAN num PDS, foi pioneiro. Os resultados apontam a conscientização e a preservação ambiental em relação ao destino do lixo. As famílias têm a agricultura orgânica como sua principal atividade econômica (57,14%), com uso de sementes crioulas trazidas de suas regiões de origem. A produção é diversificada e destinada ao autoconsumo (92%) e a comercialização da produção através de políticas públicas locais (57% destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e ao Programa de Aquisição de Alimento - PAA). A prevalência de segurança alimentar (57%) e de insegurança alimentar (43%) nas famílias foram obtidas pela EBIA, sendo que o PDS, como um todo, foi caracterizado pelo Índice UFSCar, com um índice moderado de SAN. Este Índice diagnosticou também a falta de acompanhamento assistencial de saúde, baixa escolaridade, baixa renda agrícola e não agrícola, satisfação com a assistência técnica ofertada, assim como excedentes de produção, com indícios de não inserção ao mercado institucional local (PAA e PNAE), requerendo considerações acerca da necessidade de continuidade de ações e acompanhamento de políticas públicas relacionadas à comercialização da produção orgânica do assentamento objeto de estudo.

Palavras-chave: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional; Índice UFSCar para a Segurança Alimentar; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Comercialização.

¹Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente/Alternativas de Sustentabilidade/Universidade de Araraquara (UNIARA) e Analista A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Instrumentação), São Carlos, SP, Brasil. Membro e conselheira-titular da COMSEAN e CRSANS/Central/SP.

¹Docente da Universidade de Araraquara – UNIARA/PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

¹Pós-Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Pesquisadora do NUPEDOR/UNIARA.

¹Coordenadora do PPG/Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (DTMA)/UNAIRA

²Engenheiro Agrônomo, Diretor do Departamento de Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de São Carlos, SP.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito amplo que vem sendo construído sob diversos aspectos, no anseio de ações efetivas por muitos países no combate à fome e à má nutrição relacionada ao excesso de peso (BRASIL, 2011). De acordo com Almeida et al. (2006), as políticas de SAN devem responder por quatro dimensões: produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos, bem como devem estar ligadas a cinco eixos ou valores fundamentais da população: saúde, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade.

Nos países desenvolvidos, a Insegurança Alimentar (IA) é mais determinada por fatores relacionados à saúde (doenças), ingestão alimentar e estado nutricional do que por fatores socioeconômicos, como ocorre em países menos desenvolvidos (CARDOZO, 2016). No Brasil, 22% da população encontra-se em situação de insegurança alimentar, o que representa cerca de 65 mil domicílios, registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Estudos mostram que a prevalência de IA, principalmente na área urbana, está associada às vulnerabilidades e aos riscos sociais sobre as condições de vida dessa população, principalmente em relação à renda, escolaridade, trabalho e saneamento básico (CARDOZO, 2016).

No meio rural, onde está presente a política de Reforma Agrária (RA), ainda que com retrocessos e sem mudar a elevada concentração fundiária brasileira, pesquisas buscam apontar a situação de SAN das famílias diante das efetividades e entraves encontrados na área.

O primeiro Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Brasil (FAO, 2014), que apresenta o estado de SAN no país, reuniu informações e evidências de diversas fontes e setores para retratar esta situação, especialmente no decorrer dos anos de 2003 a 2013. Apontou situações críticas e atuais do país, tais como: o enfrentamento da vulnerabilidade crônica dos povos e comunidades tradicionais; a solução da principal questão agrária que é o acesso a terra; esforços para melhorar o equilíbrio entre modelos de produção agrícola do ponto de vista da SAN (transição da agricultura convencional para a agroecológica); a instituição de políticas de abastecimento; o incremento de acesso à água; e o combate ao excesso de peso (sobrepeso e obesidade) aliado à promoção da alimentação saudável.

Os trabalhos de Guerrero (2009; 2014) evidenciam a promoção da SAN por meio da política de RA com o fortalecimento da produção, o aumento de renda, a melhoria na qualidade de vida, o resgate de direitos e dignidade, no entanto, para maior efetividade, diferentes caminhos devem ser traçados e novas parcerias necessitam ser consolidadas. O trabalho da autora resulta de seis anos do acompanhamento das famílias de um assentamento do interior paulista e teve como um de seus principais objetivos, analisar a inter-relação dos diferentes aspectos da RA com a IA, sob o enfoque de uma metodologia de avaliação de SAN, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA é o método utilizado para avaliar a percepção da IA (acesso e disponibilidade de alimentos) em ambientes populacionais, inquirindo o responsável pelo alimento no domicílio a uma série de questões subjetivas e classificando-as famílias em estado de segurança alimentar (SA) ou IA, em diferentes níveis. É amplamente utilizada no País devido ao baixo custo e de sua consistência interna e externa, porém, pode ser aperfeiçoada com a inclusão de outros indicadores, além da necessidade de sua aplicação local (CARDOZO, 2016). Algumas instituições estão buscando investir em estudos no aprimoramento da escala, como o caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que criou um índice a partir de um conjunto de variáveis relacionadas à SAN dos agricultores familiares (ALMEIDA et al., 2015).

Em 1997, durante a Conferência de Roma para Agricultura e Alimentação, a Cúpula Mundial da Alimentação (uma arena de representação dos governos dos países vinculados a FAO/ONU) finalmente conseguiu produzir em consenso um conceito de segurança alimentar

amplo para subsidiar políticas aplicáveis nos mais diversos países (desenvolvidos e subdesenvolvidos), baseado em cinco grandes eixos:

- 1) Saúde: relaciona-se à composição nutricional dos alimentos em suas dimensões dietéticas e farmacêuticas, exigindo a educação alimentar das camadas mais carentes da população;
- 2) Higiene: também relacionado à seguridade dos alimentos, que significa ausência de agrotóxicos, proporcionando alimentos seguros e saudáveis;
- 3) Ecológico ou orgânico: refere-se à produção de alimentos sem riscos tóxicos, com forte apelo de respeito ao meio ambiente, relevando-se a qualidade dos alimentos quanto à forma de sua produção (agroecológico ou orgânico), hábitos crescentes nas populações, especialmente nos países desenvolvidos;
- 4) Autenticidade: é o saber fazer, valorização da forma de produção tradicional, quanto da origem dos alimentos, com as devidas especificações dos processos produtivos agrícolas e agroindustriais (desde a utilização correta da terra até a forma de processamento);
- 5) Solidariedade: os valores morais ao consumo consciente e de agregação de valor aos produtos agrícolas social e ecologicamente corretos, advindos de assentamentos rurais ou de pequenas propriedades e sem utilização de mão de obra infantil.

No Brasil, desde os tempos coloniais havia uma preocupação por parte dos governantes com a alimentação da população. Essa preocupação termina por se focar nos estudos de SA e se transformar em políticas públicas a partir do século XX (BELIK, 2003). Desde então, esforços de vários governos no Brasil (locais, estaduais e federais) produziram a efetivação de políticas de SA (ALMEIDA, 2008).

No caso deste trabalho, pioneiro em analisar questões de SAN em um assentamento na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), criada pelo Instituto de Colonização Agrária (INCRA), em 1999, localizado no interior paulista, a problematização se baseia na necessidade de diagnosticar as dificuldades amplas relacionadas a SAN, enfrentadas pelos pequenos produtores e o processo contínuo de adequação às novas demandas que surgem e que têm que atender aos moldes exigidos para um PDS.

Pesquisas realizadas anteriormente neste universo empírico, abordaram questões relacionadas a problemas socioambientais através de técnicas agroecológicas (SILVA et al., 2015; LOPES, 2014; SARAVALLE et al., 2016) e de transferências tecnológicas (MENEZES, 2015). Assim, este estudo de caso buscou complementar a avaliação deste universo com pesquisas voltadas a diferentes aspectos da SAN (sociais e econômicas, hábitos alimentares, entre outros) de produtores familiares assentados, por meio de metodologias atuais de avaliação para a promoção da SAN dessas famílias.

Nesse sentido, o objetivo central deste estudo de caso, foi avaliar as condições sócio-demográficas, socioeconômicas, ambientais e de SAN dos agricultores familiares do PDS Assentamento Santa Helena, localizado ao norte do município de São Carlos/SP. Dentro do objetivo central, destacaram-se como objetivos específicos: - Caracterização das condições sócio-demográficas, socioeconômicas, ambientais e de SAN das famílias de agricultores familiares, por meio de indicadores relacionados à renda, trabalho, moradia, assistência social, educação, saúde, diversificação da produção, autoconsumo, disponibilidade e acesso ao alimento, entre outros; - Classificação da SA e da IA das famílias pela EBIA e Mensuração e categorização da SAN pelo Índice UFSCar.

METODOLOGIA

Universo da pesquisa

O município de São Carlos está localizado na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RA12). Segundo o IBGE (2016), em 2010 a população era de 221.936 habitantes, destes, 213.070 de população urbana e 8.866 da área rural. Em vista do crescimento imobiliário e melhor valorização da mão de obra para a construção civil, hoje, a população estimada é de 243.765 habitantes.

A pesquisa foi realizada no PDS Santa Helena, antes Fazenda Santa Helena, de propriedade da União que a transferiu para o INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para fins de RA. Apresenta uma área total de 98 ha, localizado na região denominada “Represa do 29” (Figura 1), vizinho ao Condomínio de Chácaras “Concórdia”, sendo que um dos lotes está localizado às margens do Córrego do Quilombo, tendo em seu entorno a monocultura de cana-de-açúcar nos moldes convencionais, com uso de agrotóxicos. E até o final de 2016, tinha 14 famílias devidamente assentadas pelo Programa de Assentamentos Rurais.

Sendo o PDS uma modalidade de assentamento criada pelo INCRA para atender prioritariamente ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e aos anseios dos movimentos sociais do Brasil pela luta da terra, bem como para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinadas às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental (ALY JÚNIOR, 2011).

Figura 1 – PDS Assentamento Santa Helena – região da Represa do 29, São Carlos, SP.



Fonte: Google Earth (2015).

Dentre as políticas públicas mais importantes do governo federal, destacamos a efetividade no PDS/Assentamento Santa Helena, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 para o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequada à sua realidade; e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, que visa apoiar a comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos, bem como facilitar o acesso a esses alimentos pelas famílias em situação de IA (LEÃO, MALUF, 2012).

Na área social, destacaram-se o Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa de transferência de renda, com condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social (BRASIL 2016), às famílias em situação de pobreza extrema; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que a renda é destinada à aquisição de alimentos, visando aumentar a frequência escolar (LEÃO; MALUF. 2012).

Outros programas, além dos acima citados, também são importantes no assentamento para a promoção de SAN: o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), implementados através de parcerias com Órgãos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), através de suas unidades de pesquisa localizadas em São Carlos, SP, Embrapa Pecuária Sudeste e Instrumentação que, através de convênio de cooperação técnica com a OSCIP Iniciativa Verde, vinculada à Petrobras através do Programa “Plantando Águas”, permitiram a instalação de tecnologias sociais que promovem a saúde humana e a proteção ao meio ambiente (Clorador, fossa séptica biodigestora e jardim filtrante, na maioria dos lotes) (OSCIP INICIATIVA VERDE, 2015); além das Universidades, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP) que, através da ENACTUS, promoveram as cestas semanais de produtos orgânicos (ENACTUS, 2015) e a Universidade de Araraquara (UNIARA), com a implantação de sistemas agroflorestal (SAF) (ARRUDA, 2016).

Caracterização da pesquisa

A pesquisa, caracterizada como estudo de caso³, utilizou métodos descritivos, de objetivo exploratório, com abordagens quantitativa e qualitativas. O objetivo exploratório da pesquisa partiu do levantamento bibliográfico de dados secundários (livros, artigos de periódicos e de eventos, dissertações, teses e outros documentos) do objeto de estudo e dos sujeitos envolvidos a fim de ampliar o mais detalhado possível seu conhecimento.

A coleta de dados primários foi realizada no PDS Assentamento Santa Helena, município de São Carlos-SP, em área de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL), com 14 famílias de agricultores familiares, tendo início em abril de 2015 e término em março de 2016. Primeiramente, foram realizados diálogos com as famílias e anotações em Diário/Caderno de campo (guiadas por um roteiro)¹, e posteriormente, foram aplicados formulários validados contendo os métodos da EBIA (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009) e do Índice UFSCar para a SAN de agricultores familiares (ALMEIDA, et al., 2015)

³ Pesquisa de campo da autora deste artigo, realizada no período de abril/2015 a março/2016, dissertação de mestrado em desenvolvimento territorial e meio ambiente/alternativas de sustentabilidade, pela UNIARA.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Foram incluídas neste estudo 14 famílias e avaliadas mais de 100 variáveis relacionadas aos aspectos demográficos, socioeconômicos, ambientais, de percepção e hábitos alimentares das famílias, de forma quantitativa e qualitativa, sendo algumas variáveis analisadas de forma complementar com as observações de campo, como as trajetórias de vida, a solidariedade entre as famílias, a cultura alimentar, os meios de produção, entre outras.

De acordo com Arruda (2017), durante pesquisa de campo, foram observados e quantificados que todas as famílias são beneficiárias do Programa de Assentamentos Rurais e que 78,57%(11) dos lotes estão sob a responsabilidade formal da mulher, enfatizando a importância da questão de gênero; e 57,14% (8) de Programas de SA (PAA e PNAE), inserção social ocorrida em 19/08/2015 após reunião pacífica entre os agricultores, representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do município de São Carlos, representante do INCRA, através do Instituto Biosistêmico (IBS), Órgão terceirizado pelo INCRA e e a conselheira em exercício do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSANS)/Central/SP.

Em relação ao PBF, 28,57% (4) das famílias entrevistadas são beneficiárias do programa. Verificou-se durante a aplicação do questionário EBIA/Índice UFSCar que nenhuma família era beneficiária do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), tendo como justificativa a ausência de moradores do PDS Santa Helena em situação de extrema pobreza.

Observou-se também que 78,57% (11) das famílias destinam o lixo doméstico na caçamba disponibilizada pela Prefeitura e que fica distante cerca de 3km do Assentamento; 57,14% (8) queimam o lixo e/ou enterram na propriedade; 92,86% (13) não possuem uma destinação do lixo para o lixo reciclável e 78,57% (11) destinam o lixo orgânico para compostagem.

Quanto ao tipo de esgoto, notou-se que 78,57% (11) das famílias possuem rede coletora de esgoto e/ou água de chuva (Cisternas) e caixa de gordura, sendo que 64,29% (9) possuem fossa séptica biodigestora (FSB)¹¹; 7,14% (1) possuem fossa séptica (em substituição à “fossa negra” ou rudimentar) e que 28,57% (4) ainda utilizam as fossas negras ou rudimentares; 35,71% (5) têm jardim filtrante (JF)¹² e apenas 7,14% (1) fazem a prática de reciclagem de seu lixo doméstico com venda esporádica. A respeito do tratamento de água, todas as famílias possuem filtro comum de cerâmica (pote) e que a maioria possui caixa d'água (71,43%; 10) e clorador Embrapa¹² (64,29%; 9). Em relação ao acompanhamento da saúde, verificou-se que transcorridos 11 anos de instalação do PDS, nenhuma família do Santa Helena recebeu visita de agentes comunitários de saúde (ACS) ou de assistentes sociais da Prefeitura. Somente em meados de 2015, por iniciativa da ENACTUS, os agricultores e suas famílias puderam fazer tratamento dentário.

Após aplicação do questionário EBIA, ficou caracterizado que 57,14%(8) das famílias estão em situação de segurança alimentar (AS); 28,57%(4) com insegurança alimentar moderada (IAM) e 14,29%(2), com insegurança alimentar leve (IAL). Somando-se o IAM e IAL, o total de insegurança alimentar equivale a 42,86%(6). Buscou-se, através da aplicação do método Índice UFSCar para Segurança Alimentar, conhecer a causa ou as causas que levaram essas famílias ao estágio de insegurança alimentar.

Informações sobre produção, subsistência e autoconsumo das famílias foram observados que 64,29% (9) das famílias têm uma produção agrícola diversificada (mais de 3 produtos). Dessa produção, a maioria das famílias utiliza para autoconsumo (92,31%; 13) e vende via Rede Agroecológica Santa Helena (61,54%; 8). Além disso, cerca de 38% destinam para venda ao mercado tradicional, 46% ao mercado institucional, 23% trocam/doam e 46% vendem diretamente nos lotes. Apenas uma agricultora vende seus hortifrútis nas ruas do município de

São Carlos. Com relação à produção pecuária, 50% (7) das famílias têm uma produção diversificada (mais de 3 animais), 28,57% (4) não diversificam e 21,43% (3) não produzem (Gráfico 18). Dentre os que produzem, o destino da produção é o autoconsumo, especialmente o leite, para todas as famílias e venda direta no lote para 72,73% (10) delas.

As informações sobre a caracterização do trabalho e da renda das famílias são apresentadas na Tabela 1. Em relação à renda agrícola das famílias, observa-se um valor médio aproximado de R\$970,00 (novecentos e setenta reais) com DP de R\$2057,62 (dois mil e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos), sendo que a maior renda observada é de R\$8000,00 (oito mil reais) e a menor, zero. Para a renda não agrícola, a média observada é de R\$928,57 (novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), com DP de R\$1541,60 (um mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) e a renda máxima de R\$5000,00 (cinco mil reais) e a mínima, zero. Sobre outras rendas recebidas pelas famílias, nota-se um valor médio de R\$534,50 (quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos). A porcentagem da renda agrícola para a renda total varia de 0 a 100%, com valor médio de 36%.

Tabela 1 – Tipos de renda (R\$) das famílias do PDS Santa Helena

	Média	Desvio Padrão	Mín.	Mediana	Máx.
Renda agrícola	970,43	2057,62	0,00	545,00	8000,00
Renda não agrícola	928,57	1541,60	0,00	125,00	5000,00
Renda outros	534,50	442,78	0,00	597,50	1576,00
Renda total	2433,50	2055,49	780,00	1595,00	8000,00
Renda agrícola para renda total (%)	0,36	0,33	0,00	0,41	1,00

Fonte: ARRUDA (2016).

As rendas obtidas através das vendas de produtos orgânicos ao mercado institucional (PAA e PNAE) do município de São Carlos que se deram a partir de novembro/2015, cujos pagamentos somente a partir de janeiro/2016. Para este fim, os agricultores do PDS/Santa Helena participaram de Chamadas Públicas, por dispensa de licitação, sendo que cumpriram com os pré-requisitos do Edital respectivo, incluindo qualidade dos produtos. No período de agosto a novembro/2015, os agricultores preocuparam-se com a regularização da documentação pertinente de cada lote, sob sua responsabilidade, tornando-os hábeis à comercialização.

Recentemente, para verificar a evolução da renda agrícola referente ao período de 2016 a 2018, junto aos Programas do Governo, PAA e PNAE, utilizou-se análise descritiva, etapa inicial de apresentação de resultados para qualquer tipo de procedimento utilizado para descrever e resumir informações (GOODMAN, 1965).

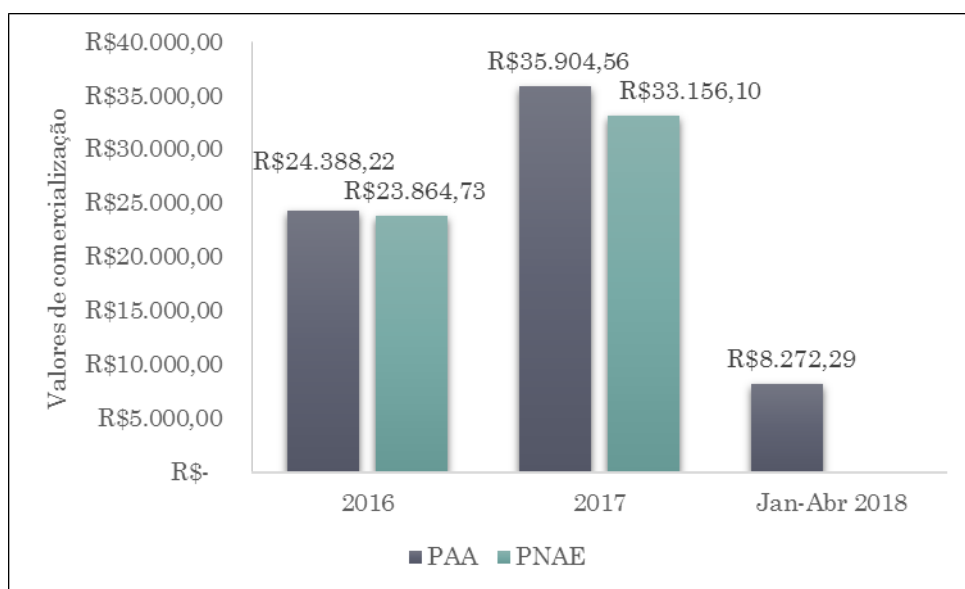
Os dados fornecidos pelo Departamento de Agricultura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município de São Carlos (Tabela 2), foram gerados no Excel 2016 e, de acordo com o Gráfico 1, observa-se que, de 2016 a 2017, os valores totais comercializados, tanto para o PAA, quanto para o PNAE, aumentaram em média cerca de 30%. Além disso, nos quatro primeiros meses de 2018, o PAA já tinha atingido aproximadamente 23% do valor adquirido no ano anterior. Não foram obtidos ou informados os valores de 2018 referentes ao PNAE. Observa-se ainda que o valor da comercialização do PNAE é mais baixo que o valor comercializado ao PAA, tanto para 2016, o para 2017.

Tabela 2 – Comercialização PDS/Assentamento Santa Helena (PAA e PNAE), anos 2016 -2018

COMERCIALIZAÇÃO PDS/Assentamento Santa Helena			
PERÍODO	PAA (R\$)	PNAE (R\$)	Nº AGRICULTORES
Nov-dez/2015	-	-	4
2016	24.388,22	23.864,73	7
2017	35.904,56	33.156,10	7
Jan a abril/2018	8.272,29	-	7

Fonte: Departamento de Agricultura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Carlos.

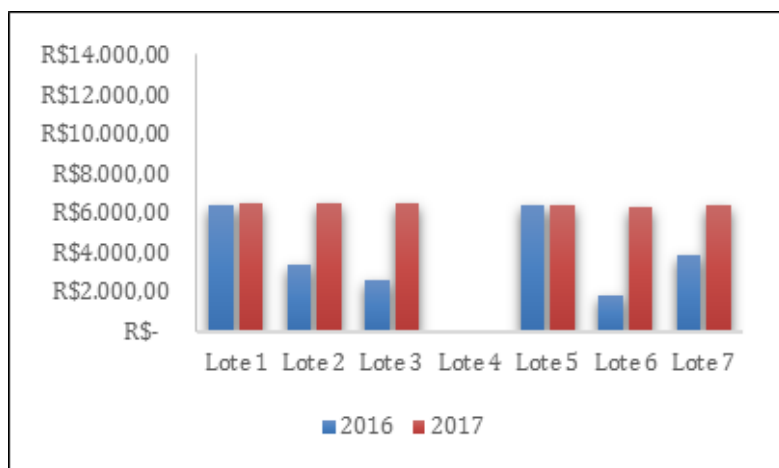
Gráfico 1 – Gráfico da evolução dos valores de comercialização PDS Santa Helena



Fonte: Departamento de Agricultura/Secretaria de Agricultura e Abastecimento/São Carlos, SP.
Análise estatística: Data Set Consultoria.

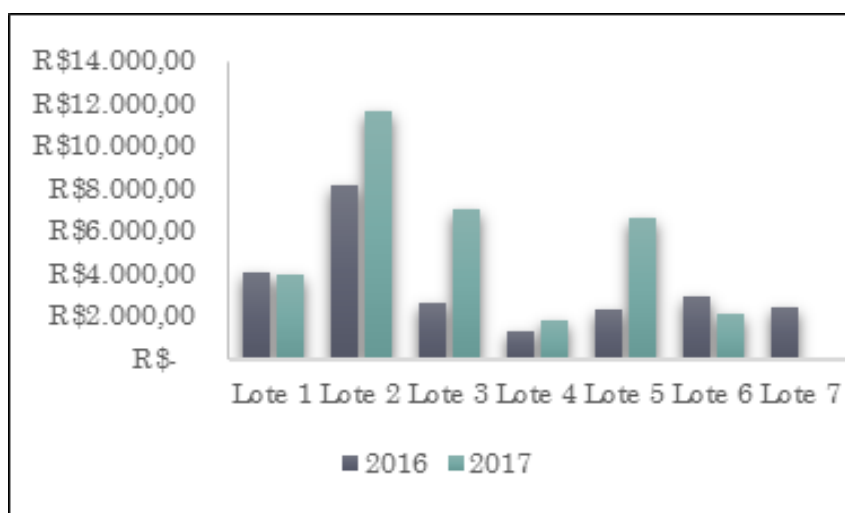
Em relação as vendas por lote, verifica-se no Gráfico 2 que a mediana de vendas por lote foi de R\$3.609,72 em 2016 e de R\$6.452,11 em 2017, não tendo destaque para nenhum lote com comercialização mais alta que os demais. Já no PNAE, em 2016 a mediana foi de R\$2.672,62 e em 2017, R\$5.297,37 de comercialização, com destaque para o Lote 2 que teve maior comercialização do que os demais, nos dois anos consecutivos (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Comercialização PAA (2016/2017)



Fonte: Departamento de Agricultura/Secretaria de Agricultura e Abastecimento/São Carlos.
Análise estatística: Data Set Consultoria.

Gráfico 3 – Comercialização PNAE (2016/2017)



Fonte: Departamento de Agricultura/Secretaria de Agricultura e Abastecimento/São Carlos.
Análise estatística: Data Set Consultoria.

Os dados acima comprovam a importância e a necessidade de continuidade de ações efetivas de acompanhamento das políticas públicas relacionadas à comercialização da produção de um assentamento não somente na fase de pesquisa de campo, objetivando sanar os entraves de inclusão social e a erradicação da insegurança alimentar dos agricultores e suas famílias, que lutam pelo seu espaço e reconhecimento como produtores de alimentos saudáveis para si e seus consumidores, em cumprimento ao que determina os cinco grandes Eixos sobre o conceito amplo de segurança alimentar, preconizados em 1997 durante a Conferência de Roma para Agricultura e Alimentação, pela Cúpula Mundial da Alimentação (representantes dos governos dos países vinculados à FAO/ONU), que são:

- 1) Saúde: relaciona-se à composição nutricional dos alimentos em suas dimensões dietéticas e farmacêuticas, exigindo a educação alimentar das camadas mais carentes da população;
- 2) Higiene: também relacionado à seguridade dos alimentos, que significa ausência de agrotóxicos, proporcionando alimentos seguros e saudáveis;

- 3) Ecológico ou orgânico: refere-se à produção de alimentos sem riscos tóxicos, com forte apelo de respeito ao meio ambiente, relevando-se a qualidade dos alimentos quanto à forma de sua produção (agroecológico ou orgânico), hábitos crescentes nas populações, especialmente nos países desenvolvidos;
- 4) Autenticidade: é o saber fazer, valorização da forma de produção tradicional, quanto da origem dos alimentos, com as devidas especificações dos processos produtivos agrícolas e agroindustriais (desde a utilização correta da terra até a forma de processamento);
- 5) Solidariedade: os valores morais ao consumo consciente e de agregação de valor aos produtos agrícolas social e ecologicamente corretos, advindos de assentamentos rurais ou de pequenas propriedades e sem utilização de mão de obra infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.M.M.C. et al. Políticas Públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 205-235, 2006.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar**: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. 2008. Relatório técnico (Bolsa de Pós-Doutorado no país) - Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, Campinas. 2008.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Índice UFSCar de segurança alimentar para agricultores familiares. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 14, 2015.

ALY JUNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável e os desafios na construção de novas políticas de assentamentos. **Retratos de assentamentos**, v.19, n.1, 2016.

ARRUDA, T.P. **Avaliação da segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do projeto de desenvolvimento sustentável Santa Helena de São Carlos-SP**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Araraquara, Araraquara.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.12-20, 2003.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Relatório Final**: declarações e proposições da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos. Brasília, DF: CONSEA: 2011.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Controle Social**. Organização de Controle Social. Procedimentos das OCS para Cadastramento. Brasília, DF: MAPA, 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/InternetMAPA/pag...>> Acesso em: dez. 2016.

CARDOZO, D. R. **Renda, consumo alimentar e estado nutricional como indicadores complementares à insegurança alimentar e nutricional no Programa Bolsa Família**.

Araraquara: UNESP, 2016. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

ENACTUS. **Relatório do Projeto Geração Helena** – desenvolvendo ações socioambientais. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo (USP), 2015.

GOODMAN, R. **Aprenda sozinho Estatística**, 1. Ed., São Paulo: Livraria editora Pioneira. Universidade de São Paulo, 1965.

GUERRERO, I. C. O. **(In)segurança alimentar no Assentamento Rural Horto Vergel - Mogi Mirim/SP**. Campinas: Unicamp, 2009. Originalmente apresentada como monografia, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. **Reforma agrária e segurança alimentar em assentamentos rurais: o caso do Horto Vergel, Mogi Mirim/São Paulo**. 2014. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: IBGE, 2013. 134 p.

LEÃO, M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDRH, 2012, 72p.

LOPES, P. R et al. Problematização participativa da realidade local do assentamento agroecológico PDS Santa Helena – São Carlos/SP. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DA AMÉRICA DO SUL, 2014, Dourados, MS. **Resumos...** Dourados, MS: 2014.

LOPES, P. R. **Transição agroecológica do assentamento Santa Helena** – Problematização participativa da realidade local e “extensão” rural numa ótica do desenvolvimento rural sustentável. Campinas: UNICAMP, 2015. Originalmente apresentado como trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas, 2015. 102p.

MENEZES, L. Introdução tecnológica e dependência na produção de alimentos orgânicos em São Carlos. In: SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 3., 2015, São Carlos. **Resumos...** São Carlos: UFSCAR, 2015.

OSCIP “INICIATIVA VERDE”. **Ações do Plantando Águas no Assentamento Santa Helena** – São Carlos, SP. São Carlos, 2015

SARAVALLE, C. Y. et al. Projeto de desenvolvimento sustentável Santa Helena - São Carlos/SP: uma problematização das oportunidades, fraquezas, ameaças e fortalezas. **Retratos de Assentamentos**, v.19, n.1, 2016.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. **A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, R. C. et al. Manejo ecológico de pragas e doenças na cultura do tomateiro por meio do cultivo em sistema ecológico no assentamento Santa Helena, São Carlos, São Paulo. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DA AMÉRICA DO SUL, 2015, Dourados. **Resumos...**Dourados, MS: 2015.